



Candidata do MDB passou o domingo em Aparecida e rezou na basílica: "Vim pedir proteção ao país". Lula também cumpriu agenda em SP, onde se encontrou com domésticas e criticou Bolsonaro. "Evoca Jesus toda hora", disse

Simone em agenda católica

» TAÍSA MEDEIROS
» FERNANDA STRICKLAND

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à Presidência da República pelo PT, e a candidata emedebista Simone Tebet fizeram campanha, ontem, no estado de São Paulo. A religião permeou os discursos de ambos os candidatos. A senadora esteve, pela manhã, com o arcebispo de Aparecida, dom Orlando Brandes, no Convento Redentorista, no Santuário de Aparecida, no Vale do Paraíba. Após a visita, participou de missa na Basílica de Nossa Senhora Aparecida. "Vim pedir proteção a Nossa Senhora", disse. Dom Orlando definiu Simone como uma candidata bem preparada.

Em entrevista, Tebet disse que a visita tinha um cunho pessoal, mas não deixava de guardar relação com o momento político pelo qual o Brasil passa. "Para mim, não há nada sem a fé. Ela nos move. Então, venho com minha fé e busco aqui a paz que preciso para continuar. Vim também pedir proteção para o país. A mesma paz que sempre peço para todas as famílias brasileiras, hoje vou pedir reforçada", completou.

Segundo ela, o sentido da oração a São Francisco está sendo invertido no Brasil: "Onde há amor, está se levando ódio; onde há união, desarmonia; e onde há a verdade, fake news. Que Nossa Senhora Aparecida possa realmente abençoar o Brasil nestes próximos 30 dias e que a população brasileira, pelo voto, faça sua escolha de acordo com sua consciência e coração".

Simone frisou a importância do Estado laico, mas reiterou o papel do governante em garantir

Campanha Simone Tebet



Tebet na Basílica: missa e visita ao arcebispo

Ricardo Stuckert/Divulgação



Lula no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

a harmonia entre as religiões: "Tem que estar ao lado da fé, ao lado do povo. O povo brasileiro é um povo que tem várias religiões, mas todas elas convergem para o mesmo Deus".

Fé e fake news

Em conversa com trabalhadoras domésticas no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo (SP), o ex-presidente Lula chamou seu principal oponente, o atual mandatário Jair Bolsonaro, de mentiroso — especialmente no que tange à religião. "A maior mentira que ele conta por dia é evocar Jesus toda hora. Vocês aqui, devem ter evangélicas presentes, vocês sabem nos olhos dele que ele está mentindo. Ele usa o nome de

Jesus em vão, que é para tentar enganar a boa-fé das mulheres e dos homens cristãos deste país. Nós queremos estabelecer outra relação com a sociedade", disse.

Lula voltou a destacar a importância das mulheres para o país, em mais um movimento na direção do eleitorado feminino. O ex-presidente disse sentir orgulho de ter indicado a primeira mulher que ocuparia, depois, a Presidência da República. "A Dilma (Rousseff) foi tirada do governo por uma sacanagem, foi tirada por uma bicicletada que ele (o presidente Jair Bolsonaro) disse que ela deu", afirmou. "O tal do cara que votou para tirar ela, nem bicicletada dá: dá motociata, todo dia tem motociata. Você percebeu que ele não tem coragem de fazer comício? E, quando ele

vai, é para fazer comício com os militares, com os militantes dele. Ou seja, ele não se mistura com o povo pobre porque ele sabe que ele mente demais", criticou.

O candidato a vice-presidente, Geraldo Alckmin, endossou o argumento do companheiro de chapa dizendo que um bom governo começa pela campanha. "Programa de governo se faz assim, ouvindo, dialogando e participando, e não fazendo motociata nem jetski, mas, sim, junto com a população", afirmou. "Dia 2 de outubro, na democracia, quem manda é o povo, é o povo que escolhe. Como é que se pode escolher quem é contra a democracia? Que é contra ao voto, e não apenas à urna eletrônica, mas também contra ao voto popular", questionou o vice de Lula.

Ciro: "Não tem nada ganho"

O candidato ao Planalto Ciro Gomes (PDT) cumpriu agenda de campanha em Uberlândia, no Triângulo Mineiro. O candidato estava acompanhado da vice, Ana Paula Matos (PDT). Durante a visita, Ciro afirmou que "não tem nada ganho" nas eleições 2022.

Ele lembrou das pesquisas eleitorais para justificar seu argumento. "Eles esquecem, por exemplo, que em Minas Gerais, 10 dias antes das eleições, ninguém ouvia falar o nome do (Romeu) Zema. E 10 dias depois, ele virou governador de Minas Gerais. Eles esquecem que no Rio de Janeiro, 10 dias antes das eleições, ninguém ouvia falar no tal de (Wilson) Witzel. Por quê? Porque a pesquisa retrata e a vida é filme", disse. A última pesquisa Datafolha divulgada, em 1º de setembro, mostrou que o candidato subiu para 9% das intenções de votos.

Durante a campanha, Ciro também voltou a comparar os candidatos à presidência da República,

Reprodução/redes sociais



Festa de inauguração da #CasaCiro12 na cirotv.com.br

o presidente Bolsonaro ao ex-presidente Lula, com relação à administração política e econômica do país. "O sistema marcou para o povo brasileiro escolher entre o coisa ruim e o coisa pior", comparou. "Qualquer bobo sabe que o Lula e o Bolsonaro são pessoas diferentes, mas o modelo de organizar a economia e o modelo de organizar a política são rigorosamente o mesmo", disse. (TM e FS)

Troca da Bandeira

Alan Santos/PR



O presidente Jair Bolsonaro participou, ontem, da cerimônia de Troca da Bandeira, que ocorre no primeiro domingo de cada mês, na Praça dos Três Poderes. A cerimônia fez parte da programação do Bicentenário da Independência.

Informe Publicitário

Tempestade perfeita na saúde

Unimed

Setor suplementar lida com prejuízo operacional recorde, enquanto iniciativas forçam aumento de custos e limitam segurança assistencial

Os números da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) mostram que uma "tempestade perfeita" pode afetar quem possui plano de saúde com aumentos de preços nos próximos meses. Dados preliminares sugerem que o setor atingiu, neste ano, um novo patamar de despesas assistenciais. E recentes mudanças na legislação podem agravar essa tendência, além de colocar em risco a qualidade e a segurança dos beneficiários.

O alerta parte da Unimed do Brasil, confederação que representa o sistema de cooperativas médicas e empresas presentes em 90% das cidades do país e responsáveis pela saúde de 18,9 milhões de brasileiros. Uma das preocupações vem da aprovação, em regime de urgência, do Projeto de Lei 2.033/2022, que restringe o processo regular de avaliação de tecnologias (ATS) na incorporação de novas coberturas ao rol dos planos de saúde. O texto aprovado pelo Senado há uma semana aguarda sanção presidencial.

"É um retrocesso abrimos mão, sem qualquer discussão mais aprofundada, de um princípio adotado pelos melhores sistemas de saúde do mundo, que garante a segurança, a eficácia e a equidade no acesso a tratamentos", adverte o presidente da Unimed do Brasil, Omar Abujamra Junior.

A fragilidade dos critérios que determinam a cobertura de procedimentos fora do rol também deve estimular a judicialização e elevar os custos. "Estão em questão a segurança assistencial, a segurança jurídica e a segurança econômica de um setor que atende mais de 49 milhões de pessoas", afirma.

O debate terá continuidade no Supremo Tribunal Federal (STF), em audiência pública convocada pelo ministro Luís Roberto Barroso nos dias 26 e 27 de setembro. A Corte foi provocada a validar decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, em junho, após anos de debates entre as turmas, já havia ratificado o caráter taxativo do rol dos planos de saúde.

Novo patamar de custos

Em 2021, as operadoras asseguraram mais de R\$ 206 bilhões na cobertura dos atendimentos prestados. Em média, de cada R\$ 100 pagos pelos clientes, mais de R\$ 86 foram transferidos aos serviços de saúde. A sinistralidade atingiu o pico

da série histórica, iniciada em 2001, e se repetiu no primeiro trimestre deste ano.

O impacto da Covid-19, a retomada de procedimentos adiados pela pandemia, altas taxas de ocupação hospitalar, o aumento dos custos de materiais, medicamentos e insumos ajudam a explicar os gastos assistenciais no período. Quando combinadas as demais despesas das operadoras, a conta não tem fechado: o setor terminou 2021 com prejuízo operacional de R\$ 920 milhões. E o déficit acumulado, apenas de janeiro a março deste ano, passa de R\$ 1,1 bilhão — recorde negativo. Uma de cada três empresas do setor encerrou o trimestre com perdas.

A expectativa era de que as taxas de utilização retomassem patamares históricos nos meses seguintes. Mas números prévios da ANS indicam que os gastos continuam a subir. "Os sinais são de que atingimos um novo patamar de consumo dos serviços de saúde, acima do verificado até 2019", afirma Saulo Lacerda, responsável pela Unica, consultoria atuarial do Sistema Unimed. "É fundamental que o setor paute um debate sobre eficiência operacional".

Outra preocupação é com o impacto da variação dos custos no próximo reajuste anual. Em dois anos, os planos individuais tiveram correção de 6,04%, abaixo da inflação geral. O índice resulta da redução de 8,19% nas mensalidades em 2021 e do salto de 15,5% a partir de maio deste ano. A tendência que se desenha é mais um ciclo de reajustes em dois dígitos, levando em conta a aceleração das incorporações tecnológicas e medidas como o novo piso salarial da enfermagem.

Também os planos coletivos, que representam 82% de toda a carteira de beneficiários, sofrem com a alta dos custos, afetando a folha de pagamento das empresas e dificultando negociações. De janeiro a maio, o reajuste médio aplicado a esses contratos já era de 9,2% contra 6,6% em 2021.

"Os preços são a principal barreira de acesso aos planos de saúde", afirma Omar Abujamra. "O aumento das mensalidades exclui, quando deveríamos focar em incluir mais brasileiros sob a cobertura suplementar, aliviando a demanda do SUS". Uma contradição que precisará ser enfrentada com mais racionalidade por todos os envolvidos.



Valorização dos profissionais requer compromisso

Levantamento feito pelo Espaço Unimed em Brasília mapeou cerca de 40 proposições legislativas em tramitação no Congresso, com o objetivo de fixar pisos salariais de alcance nacional para profissionais de saúde. São projetos de lei, projetos de lei complementar e propostas de emenda constitucional apresentados, em sua maioria, na atual legislatura — sobretudo, após a eclosão da pandemia. Incluindo os demais setores, são 115 proposituras ao todo.

Em comum com a lei que instituiu o piso salarial da enfermagem, cuja constitucionalidade está sendo questionada, os projetos não consideram a adequação de valores às diferenças regionais, a definição de fontes de financiamento nem estratégias de mitigação do impacto econômico.

Na terça-feira (30), a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou, em caráter terminativo, o piso salarial para fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais. O projeto segue agora para a Câmara. Os textos também contemplam assistentes sociais, dentistas, farmacêuticos, fonoaudiólogos, nutricionistas, psicólogos, dentre outras profissões.

"É um efeito cascata, que reforça a urgência de um debate qualificado acerca dos impactos dessas iniciativas", afirma Omar Abujamra Junior. "Interessa a toda a sociedade contar com profissionais de saúde bem formados e valorizados. Esse é o nosso compromisso, enquanto cooperativa de trabalho. Mas isso só se viabiliza em um sistema de saúde com financiamento adequado, eficiente e sustentável. Afinal, os custos recaem sobre quem paga impostos e sobre as famílias e empresas que contratam planos de saúde", pondera.

Cerca de
40
projetos tramitam no Congresso Nacional propondo a criação de pisos salariais para profissionais de saúde